

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia, com sede em Itapissuma, Pernambuco, é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como atividades preponderantes a produção de:

- Produtos químicos de aplicação na área de saneamento público e privado, tratamento de água e efluentes – Sanitizantes – Instalações em Santa Bárbara D'Oeste (SP), Itapissuma (PE), Pacatuba (CE) e Anápolis (GO).
- Aditivos, concentrados, complementos e suplementos nutricionais para alimentos e bebidas em geral – Alimentos – Instalações em Valinhos (SP).

2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

As práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas são aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pelos procedimentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

As demonstrações contábeis são preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de ativos financeiros, e passivos financeiros são mensurados a valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, considerando fatores objetivos e subjetivos, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A autorização para emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ocorreu em 19 de março de 2025.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado do próprio exercício em que ocorrem.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro e/ou de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 08 – Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD;

Nota Explicativa nº 09 – Perda esperada por obsolescência e ociosidade produtiva;

Nota Explicativa nº 13 – Vida útil do ativo imobilizado;

Nota Explicativa nº 16 – Amortização do intangível;

Nota Explicativa nº 21 – Provisão para contingências.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 30 de instrumentos financeiros.

4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros, quando aplicável são mensurados pelo valor justo.

5. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis:

a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas no resultado em função de cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico NBC TG 47 (IFRS 15) – “Receita de Contrato com Cliente”, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A NBC TG 47 (IFRS 15) substitui a IAS 18 – “Receitas”, IAS 11 – “Contratos de Construção” e correspondentes interpretações.

As receitas de venda de produtos, são reconhecidas quando a obrigação de performance é cumprida. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A obrigação de performance é cumprida e identificada como cumprida mediante ao tipo de frete celebrado no acordo comercial entre a Companhia e o cliente, ou seja, em determinado tempo, no momento do embarque ou na entrega dos produtos no destino.

Uma receita não é reconhecida quando há incerteza significativa de sua realização. Caso os valores faturados excedam as medições dos serviços já prestados, então esta diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

c) Benefícios de curto prazo a empregados

A administração reconheceu em 2024 os benefícios definidos de acordo com a NBC TG 33 (R2) e os segrega em dois tipos.

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Benefícios rescisórios

A Companhia indeniza seus colaboradores no momento da sua demissão com os benefícios previstos em leis trabalhistas.

d) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida, contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço trimestrais e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

g) Ativos financeiros

(i) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou **(iii)** valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: **(i)** o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: **(i)** o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(iii) Valor recuperável (*impairment*) de ativo financeiros – Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: **(i)** dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; **(ii)** uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; **(iii)** probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e **(iv)** extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: **(i)** os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e **(ii)** a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e **(a)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou **(b)** a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

h) Passivo financeiro

(i) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

(ii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(iii) Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

(iv) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

i) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos, ajustado ao valor presente quando aplicável. A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

j) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

k) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l) Ativos intangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

m) Propriedades para investimento

As propriedades para investimentos são registradas, inicialmente, pelo custo. Isto inclui o preço de compra e qualquer despesa diretamente atribuível. Subsequentemente, as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

n) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

o) Passivos circulante e não circulante

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

p) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

q) Ajustes de exercícios anteriores

A administração da Companhia identificou um montante de R\$2.095 referente a depreciação de ativo imobilizado, cuja competência pertence a exercícios anteriores. Este valor foi registrado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido no exercício findos em 31 de dezembro de 2024. Com base em seu julgamento e avaliação, a administração concluiu que os valores correspondentes não são materiais, individualmente ou em conjunto, para fins de reapresentação dos saldos, conforme previsto pelos pronunciamentos contábeis CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

r) Novas normas e interpretações

i) Novas normas e revisões aplicadas

Durante o exercício de 2024, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das normas abaixo, já vigentes no exercício de 2024 sem impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 16/CPC 06 (R2)	Alterações que acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 1/CPC 26	Alterações que esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Além disto, esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em, ou antes, do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7	Alterações que esclarecem que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

ii) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que não são obrigatórias ou vigentes

em 31 de dezembro de 2024

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência entre 1º de janeiro de 2025 e 1º de janeiro de 2027 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Norma	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros/IFRS Financial instruments 9 e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes.	A partir de 1º de janeiro de 2026
CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio / IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	A partir de 1º de janeiro de 2025
IFRS 18 Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Substitui o IAS 1 (CPC 26) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado Divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	A partir de 1º de janeiro de 2027

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas Demonstrações Contábeis, à medida em que os normativos são regulamentados. Exceto pelo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis, que resultará em uma alteração completa das demonstrações dos resultados, a Companhia não espera impactos significativos das demais normas nas Demonstrações Contábeis.

Reforma Tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, originária do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que disciplina a reforma tributária sobre o consumo.

A nova legislação regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, que em linhas gerais, consolida cinco tributos (PIS, COFINS, ICMS, ISS e, em parte o IPI) em dois: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A nova legislação implementa também o IS (Imposto Seletivo) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os

impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Caixa	5	4
Bancos	1.181	5.122
Total	1.186	5.126

7. Aplicações financeiras

Descrição	Vencimento	2024	2023
Ativo circulante			
Fundo de investimentos	Entre janeiro de 2024 e dezembro de 2024	11.996	10.945
Aplicação automática	Entre janeiro de 2024 e dezembro de 2024	1	421
Total		11.997	11.366
Ativo não circulante			
Título público	Entre janeiro de 2023 e maio de 2025	-	9
Total		-	9

Em 2024, as aplicações financeiras permaneceram classificadas no curto prazo em função da necessidade da Companhia para utilização no capital de giro. São prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas à taxa média de 10,88% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (11,86% a.a. em 2023).

8. Contas a receber de clientes

Descrição	2024	2023
No país (a)	45.940	42.333
No exterior – Terceiros	143	-
Total	46.083	42.333

(a) O aumento dos recebíveis ocorreu devido ao maior volume de títulos em aberto com órgãos públicos.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a análise do vencimento do saldo contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

Descrição	2024	2023
A vencer	33.483	26.027
Vencidos		
De 1 a 30 dias	3.918	6.806
De 31 a 60 dias	1.965	2.331
De 61 a 90 dias	2.287	1.940
De 91 a 180 dias	1.975	3.058
De 181 a 360 dias	583	54
Acima de 01 ano	1.872	2.117
Total	46.083	42.333

Os clientes provenientes de capital público foram excluídos do cálculo da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – PECLD devido à garantia de pagamento em contratos de licitação. Ademais, os valores relacionados aos vencimentos de Companhias privadas não justificaram a necessidade de constituição da PECLD conforme avaliação da Administração da Companhia, que consiste na avaliação individualizada por cliente e bases históricas.

Descrição	2023	Adição	Reversão	2024
Perda esperada – PECLD	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas. No entanto houve uma perda efetiva de crédito no montante de R\$ 1.420, referente a não recuperabilidade de saldo junto ao cliente Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA.

9. Estoques

Descrição	2024	2023
Produto acabado	6.292	4.528
Produto Intermediário	3.820	1.902
Revenda	3.306	2.547
Matérias-primas	10.685	8.029
Materiais de consumo	3.171	2.880
Importação em andamento	2.328	507
Total	29.602	20.393

Com a evolução da nova fábrica na unidade de negócios Concepta, houve um crescimento nas aquisições de matéria-prima, produto acabado e importações em andamento.

Realizamos transferência dos itens de bens em construção para o estoque a fim de tratar a fabricação.

De acordo com as premissas adotadas pela administração, em alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelo CPC 16, para o exercício de 2024, assim como em 2023 não foi reconhecido perda por obsolescência.

Descrição	2022	Adição	Reversão	2023
Perda por obsolescência	(729)	-	729	-
Perda por ociosidade produtiva	(68)	-	68	-
Total	(797)	-	797	-

10. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2024	2023
COFINS	191	245
ICMS a recuperar	3.999	4.927
ICMS - CIAP (b)	529	3.809
PIS	41	53
IRPJ e CSLL, retenções	148	430
IPI a recuperar	412	279
Outros impostos (a)	1.328	10.646
Total	6.648	20.389
Circulante (a)	6.445	17.214
Não circulante	203	3.175

(a) A Companhia obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de recuperar valores relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS do período de janeiro de 2003 a março de 2017 através do processo nº 0026709-48.2007.4.01.3400, a habilitação do valor ocorreu em 12 de julho de 2022 através do Despacho Decisório RF N. 1.521/2022. A Companhia também obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de recuperar valores relativos créditos de PIS/COFINS do período de apuração compreendido entre agosto de 2021 e dezembro de 2022 para utilização em compensação cruzada. Através do processo nº 0800734-96.2022.4.05.8300, a habilitação ocorreu em 13 de novembro de 2023 através do Despacho Decisório nº 8.430/2023 RF04/EQAUD-DERAT. O saldo dos créditos mencionados foi compensado integralmente em 2024.

(b) Devido a origem do crédito se referir a itens de ativo imobilizado com finalidade de comodato, os valores de crédito de ICMS Ciap foram transferidos para o ativo imobilizado a fim de compor o custo de aquisição dos bens.

11. Partes relacionadas

A Companhia demonstra abaixo as transações com controladora, profissional chave da administração e coligadas:

Descrição	2024	2023
Ativo (circulante e não circulante)		
Mútuos	14.785	22.650
Total empréstimos a partes relacionadas	14.785	22.650

Seguem as movimentações dos mútuos a receber e conta corrente a pagar com partes relacionadas:

Movimentos de mútuos a receber	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	22.650	7.735
Mútuo concedido	14.785	14.915
Compensação Sabará Participações	(22.650)	-
Saldos em 31 de dezembro	14.785	22.650

Remuneração da Administração

As pessoas chave da Administração são compostas pela Diretoria eleita com base na alteração do estatuto social registrada pela Companhia e não inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. As remunerações são efetuadas pela controladora direta e final Sabará Participações.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

12. Ativo e passivo fiscal diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

Descrição	2024	2023
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal acumulado	20.137	35.989
Total	20.137	35.989
Alíquota de impostos de renda e contribuição social	34%	34%
Total de IRPJ e CSLL diferidos no ativo não circulante	6.847	12.236
Compensação de passivo não circulante		
Diferimento órgãos públicos (i)	(5.181)	10.120
Diferimento órgão públicos (ii)	31.083	20.963
Diferimento Avaliação Patrimonial (ii)	2.154	2.515
Ajuste Avaliação a Valor Justo - PPI	2.299	-
Total	30.355	33.598
Alíquota de impostos de renda e contribuição social	34%	34%
Total de IRPJ e CSLL diferidos passivos	10.321	11.423
Diferimento de PIS e COFINS	5.962	7.684
Total ativo fiscal diferido	-	813
Total passivo fiscal diferido	9.436	7.684

(i) A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

(ii) A Companhia realizou uma alteração de critério contábil adotando a prática de diferimento dos contratos de órgão públicos e dos efeitos da avaliação patrimonial conforme pronunciamento técnico do CPC 23 e CPC 27 possibilitando maior razoabilidade das estimativas contábeis.

13. Imobilizado

Consolidado	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos e instalações em terceiros	Veículos	Equipamentos informática e comunicação	Imobilizado em andamento	Total
Custo do Imobilizado										
Saldo em 1º de janeiro de 2023	7.764	20.193	50.239	18.662	1.498	7.587	1.798	852	4.805	113.398
Aquisições	534	10.749	629	(234)	159	60	-	102	8.464	20.463
Baixas	-	(1.768)	(182)	-	(9)	-	-	-	-	(1.959)
Transferências	(43)	44	7.496	3.396	229	44	-	7	(8.605)	2.568
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.255	29.218	58.182	21.824	1.877	7.691	1.798	961	4.664	134.470
Aquisições	-	-	10.745	3.733	348	-	-	245	8.351	23.422
Baixas	-	-	(153)	-	(34)	(48)	-	(4)	(4.664)	(4.903)
Transferências (i)	7.286	5.597	-	-	-	-	-	-	-	12.883
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.541	34.815	68.774	25.557	2.191	7.643	1.798	1.202	8.351	165.872
Depreciação Acumulada										
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	(4.020)	(23.790)	(8.252)	(1.022)	(6.082)	(1.798)	(772)	-	(45.736)
Adição	-	(803)	(4.420)	(1.403)	(135)	(529)	-	(98)	-	(7.388)
Baixas	-	981	23	-	16	-	-	29	-	1.049
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(3.842)	(28.187)	(9.655)	(1.141)	(6.611)	(1.798)	(841)	-	(52.075)
Adição	-	(2.764)	(4.579)	(2.291)	(148)	(294)	-	(91)	-	(10.167)
Baixas	-	-	140	-	28	224	-	2	-	394
Transferências	-	-	(1.139)	1.139	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(6.606)	(33.765)	(10.807)	(1.261)	(6.681)	(1.798)	(930)	-	(61.848)
Imobilizado líquido										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.255	25.376	29.995	12.169	736	1.080	-	120	4.664	82.395
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.541	28.209	35.009	14.750	930	962	-	272	8.351	104.024

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração da Companhia não identificou evidência que justifique a necessidade de uma provisão sobre o saldo desses ativos.

(i) As transferências ocorridas ao longo do exercício de 2024 decorrem de mudanças de estimativa da Administração quanto à destinação de Propriedades para Investimento e Ativos Mantidos para Venda.

Revisão de vida útil e valor residual dos ativos

A Administração da Companhia avaliou o valor residual e a vida útil-econômica dos ativos e concluiu que não existiam ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

14. Ativos mantidos para venda

Descrição	2024	2023
Terrenos	5.038	9.824
Total ativos mantidos para venda	5.038	9.824

Movimentação do exercício	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.824	9.824
Transferência (i)	(4.786)	(4.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.038	5.038

O terreno registrado como ativo mantido para venda está localizado em São Paulo/SP. A administração da Companhia possui expectativa de venda no segundo semestre do exercício de 2025. Por este motivo, os saldos encontram-se registrados no ativo circulante.

(i) Ao longo do exercício de 2024, a Administração reavaliou e expectativa de venda dos terrenos e optou pela transferência para ativo imobilizado, devido a mudança de expectativa de venda.

15. Propriedade para investimentos

Descrição	2024	2023
Terrenos	6.577	11.617
Total propriedade para investimentos	6.577	11.617

Movimentação	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.617	11.617
Adição	2.299	2.299
Transferência (i)	(7.339)	(7.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.577	6.577

Os terrenos registrados em propriedade para investimentos estão localizados em Pernambuco. Atualmente não se encontram em uso da operação da Companhia.

O valor de adição refere-se à avaliação a valor justo, conforme laudo emitido por profissional apropriado no qual foi constatado uma valorização do imóvel, gerando, portanto, o reconhecimento contábil referente a valorização de Avaliação a valor justo no montante de R\$ 2.299. para o ano de 2024.

(i) Ao longo do exercício de 2024, a Administração reavaliou a natureza dos ativos mantidos em propriedade para investimentos e optou pela transferência para ativo imobilizado.

16. Intangível

Custo do intangível	Software	Marcas e patentes	Ativos biológicos	Projetos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	636	705	10	-	1.351
Aquisição	59	15	1	3.506	3.581
Baixa	-	-	-	(2.561)	(2.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	695	720	11	945	2.371
Aquisição	-	12	1	144	157
Baixa	(17)	-	-	(905)	(922)
Transferência	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	678	732	12	184	1.606
Amortização acumulada					
Saldos em 1º de janeiro de 2023	(581)	-	-	-	(581)
Amortização	(7)	-	-	-	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(588)	-	-	-	(588)
Amortização	(46)	-	-	-	(46)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(634)	-	-	-	(634)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	107	720	11	945	1.783
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44	732	12	184	972

17. Fornecedores

Descrição	2024	2023
No país	36.209	30.755
No exterior	2.527	319
Total	38.736	31.074

O crescimento nos valores de fornecedores em aberto podem ser observados também no crescimento proporcional das aquisições de estoques de matéria-prima, produto acabado e importação.

18. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa (%)	Vencimento	2024	2023
Circulante				
Capital de giro	CDI+3,40% a.a.	Jan - dez/25	19.012	19.436
Fundo garantidor de investimento	9,07% a.a.	Jan - dez/25	1.679	6.161
Financiamento de capital	CDI+3,25% a.a.	Jan - dez/25	1.626	267
Financiamentos de importação e exportação	CDI+3,50% a.a.		4.991	640
Total			27.308	26.504
Não circulante				
Capital de giro	CDI+3,40% a.a.	Jan/26-mai/27	6.620	15.185
Fundo garantidor de investimento	9,07% a.a.		-	1.666
Financiamento de capital	CDI+3,25% a.a.	Jan/26-out/26	1.333	2.933
Financiamentos de importação e exportação	CDI+3,50% a.a.	Jan/26-jan/30	17.637	24.000
Total			25.590	43.784
Total geral			52.898	70.288

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	70.288	79.102
Captação	3.000	15.200
Apropriação de juros	9.768	10.416
Pagamentos do principal	(21.834)	(23.735)
Pagamento dos juros	(8.324)	(10.695)
Saldos em 31 de dezembro	52.898	70.288
Circulante	27.308	26.504
Não circulante	25.590	43.784
Total geral	52.898	70.288

Cronograma dos vencimentos não circulante

O vencimento dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 classificados no passivo não circulante no balanço consolidado é demonstrado da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	2030
Capital de giro	6.620	-	-	-	-
Capital de giro imp./exp.	4.364	4.364	4.364	4.364	181
financiamentos de capital	1.333	-	-	-	-
Total geral	12.317	4.364	4.364	4.364	181
Total acumulado	12.317	16.681	21.045	25.409	25.590

Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia possui contratos de financiamentos mantidos junto a instituições financeiras na data das referidas demonstrações contábeis que possuem cláusulas restritivas prevendo a manutenção de determinado índice máximo de “Dívida Financeira Líquida/EBITDA”, bem como um limite máximo para a distribuição de dividendos. No exercício de 2024, a distribuição de dividendos ultrapassou o limite estabelecido no contrato 152764858, sendo 10% do Lucro Líquido, resultando no reconhecimento no passivo circulante do valor do contrato (R\$7.389) como “liquidação”.

19. Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2024	2023
Parcelamento de tributos - PERT (ii)	7.397	8.265
Parcelamento de tributos - Outros (i)	1.163	1.840
IOF	-	33
IRRF	282	253
ICMS a recolher	564	591
COFINS a recolher	876	914
PIS a recolher	190	198
Outros	770	749
IRPJ a recolher	-	988
CSLL a recolher	209	512
Incentivos Fiscais	-	189
Total	11.451	14.532
Circulante	4.811	6.954
Não circulante	6.640	7.578
Total geral	11.451	14.532

(i) Débito refere-se a IRPJ, CSLL e INSS.

(ii) Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Com a publicação da MP 798/2017 editada em 30 de agosto de 2017, que possibilita a liquidação de débitos de natureza tributária com redução de juros e multa, a Companhia aderiu ao programa em 22 de agosto de 2017 e optou por quitar antecipadamente os parcelamentos firmados em períodos anteriores, com pagamento em espécie de 20% do total da dívida consolidada, em até 05 parcelas mensais.

Programação de amortização	2025	2026	2027 a 2030	Total
Parcelamento de tributos - PERT (ii)	1.455	1.455	4.487	7.397
Parcelamento de tributos – IRPJ/CSLL (i)	243	182	-	425
Parcelamento de tributos - INSS (i)	222	192	324	738
Total	1.920	1.829	4.812	8.560

20. Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada com base no lucro real anual, apurando pelo Balanço de suspensão e redução.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Descrição	2024	2023
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	54.141	37.030
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Pela alíquota fiscal combinada	(18.408)	(12.590)
Adições e exclusões permanentes		
(Despesas) receitas isentas de impostos (*) - Diferimento órgão públicos	(1.762)	1.868
Receitas das avaliações de PPI	782	-
Outras receitas isentas de impostos		
Prejuízo fiscal	5.390	-
Outras adições e exclusões	(2.964)	7.350
Incentivos – PAT e fundos	622	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(16.340)	(3.372)
Corrente	(11.930)	(5.670)
Diferido	(4.410)	2.298

A compensação dos prejuízos fiscais de Imposto de Renda e da base negativa da Contribuição Social de exercícios anteriores está limitada a base de 30% dos lucros tributáveis, sem prazo de prescrição.

(*) Substancialmente decorrente dos lucros auferidos com órgãos públicos – Realização.

21. Provisão para contingências

Nos exercícios de 2024 e 2023, não houve contingência a provisionar na opinião da Administração, com base da opinião de seus Assessores Jurídicos Legais, levantada nos respectivos exercícios, para os processos em andamento.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para quais não há provisão constituída conforme a posição a seguir:

Descrição	2024	2023
Cíveis	-	44
Trabalhista	-	59
Tributárias	60.260	47.377
Total	60.260	47.480

As principais demandas tributárias da Companhia que possui probabilidade de perda possível, refere-se a uma autuação de créditos tributários de IRPJ, em R\$ 13.704, e a outra de ICMS Estado SP, em R\$ 19.156 e demais contingências tributárias no montante de R\$ 27.400, que resultam no montante de R\$ 60.260.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 86.445.773 e está representado por 86.445.773 ações ordinárias nominativas. Em 2024 a companhia realizou um aumento de capital no montante de R\$ 4.163 utilizando conforme previsão legal, o saldo de Reservas de Incentivos Fiscais do exercício de 2023 oriundos do Sudene e Pró-Goiás.

b) Reservas

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída reserva legal de R\$ 1.890 equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, após a absorção do prejuízo acumulado.

Reserva do Incentivo Fiscal

O saldo de reserva de incentivos fiscais de 2023 refere-se ao Incentivo Fiscal do Progoais, e ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. A constituição da reserva de incentivos fiscais está em conformidade com as disposições do Art. 195-A da Lei nº 11.638, de 2007. O valor de Reserva de Incentivos Fiscais de 2023 foi utilizado para aumento de capital social em 01 de agosto de 2024 conforme ato devidamente registrado. Para o ano de 2024, não foi constituído Reserva dos Incentivos, em atendimento a Lei nº 14.789/2023.

Reserva de retenção de lucros

Constituída com o saldo remanescente do lucro líquido não distribuído ou destinado a outras reservas, a reserva de retenção de lucros é mantida para fazer frente a projetos de investimentos e expansão na própria Empresa ou a aplicação em projetos de benfeitoria em propriedades.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição (Nota Explicativa nº 13).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e depreciação dos ativos a que elas se referem.

d) Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, proporcionalmente as suas participações no capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída provisão de dividendos no valor de R\$ 29.450 (R\$5.116 em 31 de dezembro de 2023).

e) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição.

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado básico e diluído por ação foi de R\$0,44 (R\$0,39 em 31 de dezembro de 2023).

23. Receita operacional líquida

Descrição	2024	2023
Receita bruta		
Produtos acabados e de vendas:		
Mercado interno	231.494	194.535
Mercado externo	1.859	281
Prestação de serviços	159.881	142.162
Total	393.234	336.978
Deduções		
Vendas canceladas e abatimentos	(1.155)	(11.112)
Impostos incidentes sobre vendas	(85.079)	(61.763)
Total	(86.234)	(72.875)
Receita operacional líquida	307.000	264.103

24. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Descrição	2024	2023
Materiais	(159.263)	(141.166)
Fretes	(5.060)	(5.457)
Pessoal	(15.743)	(14.799)
Serviços de terceiros	(9.526)	(8.226)
Depreciação e amortização	(7.624)	(7.235)
Materiais de manutenção	(2.280)	(2.197)
Viagens e estadias	(985)	(1.032)
Outros	(467)	(90)
Total	(200.948)	(180.202)

25. Despesas com vendas

Descrição	2024	2023
Fretes sobre vendas	(11.607)	(7.150)

Despesa com pessoal	(5.234)	(5.075)
Comissões e Serv. comercial	(3.559)	(2.950)
Propaganda e publicidade	(1.399)	(1.442)
Doações e patrocínio	(419)	(113)
Viagens comerciais	(274)	(784)
Locação de veículo	(253)	(305)
Perda de duplicatas	(1.420)	-
Outros/reversões	(1.310)	6
Total	(25.475)	(17.813)

26. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2024	2023
Despesa com pessoal	(12.057)	(12.021)
Assessoria administrativa e jurídica	(6.583)	(7.624)
Impostos, taxas e contribuições	(2.099)	(1.587)
Despesa com ocupação administrativa	(1.349)	(1.636)
Viagens administrativa	(853)	(1.006)
Suporte e manutenção de sistemas	(782)	(738)
Locação de equipamentos	(842)	(467)
Despesas com manutenção e conservação	(432)	(1.016)
Despesa com telecomunicação	(74)	(73)
Serviços de terceiros	(929)	(654)
Despesas com correio e entregas	(37)	(36)
Outros	(1.917)	(1.921)
Depreciação e amortização	(312)	(289)
Baixas de ativo fixo	(17)	91
Total	(28.283)	(28.977)

27. Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	2024	2023
Recuperação de impostos	2.037	3.530
Reversão (provisão) despesas	(90)	797
Avaliação a valor justo PPI	2.298	-
Outras receitas e despesas	1.203	324
Total	5.448	4.651

28. Receitas Incentivos Fiscais

Descrição	2024	2023
Pro Goiás	4.018	3.219
Sudene	1.448	944
Total	5.466	4.163

O incentivo fiscal PROGÓIAS, teve sua adesão através do TE (Termo de Enquadramento) - 001-0015/2021–GSE e consiste em escriturar como crédito fiscal o equivalente à aplicação do percentual conforme estabelecido no inciso II do caput do artigo 5º da Lei nº 20.787/2020, sobre o valor positivo resultante do confronto entre os débitos e os créditos do imposto de ICMS, relacionados às operações com produtos de industrialização própria incentivadas pelo PROGÓIAS, apresentando um efeito de R\$ 4.018 no resultado de 2024 (R\$ 3.219 em 2023).

Com a publicação da Lei Complementar nº 160/2017, que acrescentou os §§ 4º e 5º ao artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, incentivos e benefícios fiscais ou financeiros relativos ao ICMS, concedidos por Estados e pelo Distrito Federal, passou-se a compreender como subvenções para investimentos.

A Companhia teve seu enquadramento aprovado para usufruir do benefício fiscal concedido pela Superintendência do

Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com prazo de vigência de 10 anos, conforme atestado pelo Laudo Constitutivo nº 0048/2023. O enquadramento possibilita uma redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculado com base no lucro da exploração. Esta aprovação, fundamentada no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e nos critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, além de estar em conformidade com o Regulamento dos Incentivos Fiscais, reflete o cumprimento das condições e requisitos legais exigidos pela Companhia.

Como resultado dessa adesão ao benefício, o impacto financeiro no resultado de 2024 foi de R\$1.448.

Com a Lei nº 14.789/2023, para fatos geradores a partir de 2024 impõe-se a incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores de benefícios fiscais classificados como subvenção para investimentos, bem como da aplicação do PIS e COFINS.

A Companhia beneficiou-se do incentivo fiscal proporcionado pela Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), a qual visa incentivar a inovação tecnológica e o desenvolvimento científico no Brasil. Em conformidade com os dispositivos legais estabelecidos, a Companhia aderiu ao programa e obteve os benefícios previstos. Os dispêndios elegíveis para essa dedução abrangem despesas com pessoal, contratação de serviços de pesquisa e desenvolvimento, entre outros, desde que diretamente relacionados às atividades de inovação tecnológica. O impacto financeiro desse incentivo no resultado da Companhia em 2024 foi de R\$ 592.

29. Resultado financeiro

Descrição	2024	2023
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(9.768)	(10.416)
Tarifas, comissões e encargos bancários	(208)	(114)
Juros sobre duplicatas e impostos	(1.281)	(2.110)
IOF	(19)	(32)
Outras despesas financeiras	(927)	(1.325)
Total	(12.203)	(13.997)
Receitas financeiras		
Outros juros recebidos	1.050	2.718
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.989	1.634
Outros rendimentos	103	810
Total	3.142	5.162
Variação cambial		
Variação cambial passiva	(350)	(281)
Variação cambial ativa	346	221
Total	(4)	(60)
Resultado financeiro líquido	(9.065)	(8.895)

30. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração dos instrumentos financeiros que a Companhia mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado.

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros classificados por categoria:

	Categoria	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	Custo Amortizado	1.186	5.126
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	11.997	11.366
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	46.083	42.333
Total		59.266	58.825
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	-	9
Mútuo a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	14.785	22.650
Total		14.785	22.659
Passivo circulante			
Empréstimo e financiamento	Custo amortizado	27.308	26.504
Fornecedores	Custo amortizado	38.736	31.074
Total		66.044	57.578
Passivo não circulante			
Empréstimo e financiamento	Custo amortizado	25.590	43.784
Total		25.590	43.784

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros (contas a receber e aplicações financeiras). Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. As vendas para empresas públicas estão suportadas por contratos (licitações).

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros (aplicações financeiras, Empréstimos e financiamentos). Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

31. Cobertura de seguros

Para proteção de seus riscos operacionais, ativos de suas responsabilidades, a Companhia mantém cobertura de seguros para diversos tipos de eventos que poderiam impactar o patrimônio e operações (não sendo escopo de nossos auditores independentes a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros). Dentro das melhores práticas de mercado, a Companhia mantém contratadas apólices de seguro de risco operacional, incluindo lucros cessantes e diversas outras coberturas para danos materiais envolvendo todas as instalações industriais, administrativas e estoque. A Companhia tem ainda outros seguros contratados, tais como, seguro de responsabilidade civil geral, transporte nacional e internacional e seguro ambiental.

Daniel Nosé Sabará

**Diretor Executivo
Procurador**

André Tomazelli Sabará

Diretor Financeiro

Jonas Volcov

**Contador
CRC 1SP 141783/O-7**